

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício 2019

Relatório da Administração

Senhor Acionista,

Apresentamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing), relativas ao exercício findo em 31.12.2019, de acordo com os dispositivos estatutários e legais estabelecidos pelos órgãos reguladores, inclusive o Banco Central do Brasil (Bacen).

A EMPRESA

A BB Leasing, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A. (BB), com sede e foro em Brasília, localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar, CEP 70.040-250, é uma empresa autônoma registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número 31.546.476/0001-56.

A BB Leasing está inserida no contexto do planejamento estratégico corporativo do BB e se alinha aos objetivos estratégicos do Conglomerado BB, na perspectiva financeira, de maneira a oferecer solução voltada para investimentos em modernização e ampliação das empresas brasileiras.

A BB Leasing tem como principal objeto a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis, na forma das normas aplicáveis, bem como a realização de operações de subarrendamento, cessão e aquisição de contratos de arrendamento mercantil, cessão e aquisição de direitos creditórios decorrentes de contratos de arrendamento mercantil e todas as demais operações facultadas às sociedades da espécie.

Os negócios da BB Leasing são regidos pela Lei 6.099/74, que dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil, e pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 2.309/96, que disciplina e consolida as normas relativas às operações de arrendamento mercantil.

A estratégia de atuação frente ao mercado de arrendamento mercantil nacional está focada nos negócios com o segmento de pessoas jurídicas, o que pode ser observado em sua carteira que, em dezembro de 2019, tinha 100,00% de sua composição em negócios com esse público.

O principal produto oferecido pela Empresa é o Leasing Financeiro Pessoa Jurídica, modalidade em que a arrendatária tem a intenção de adquirir o bem ao final do arrendamento, pagando o Valor Residual Garantido (VRG) antecipadamente, ao longo da vigência ou no final do contrato.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A BB Leasing, de capital fechado, não possui Conselho de Administração. A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Gerente e possui Conselho Fiscal próprio e permanente para assegurar a fiscalização dos atos de gestão administrativa.

A Instituição, por decisão da Assembleia do Acionista de 26.04.2005, aderiu ao Comitê de Auditoria do Conglomerado BB. Para adequação à Lei 13.303/16 a empresa também aderiu ao compartilhamento das estruturas de Comitê de Elegibilidade, Comitê de Riscos e de Capital unificado do Conglomerado BB.

MERCADO DE LEASING

De acordo com informações disponibilizadas pela Associação Brasileira das Empresas de Leasing (ABEL), no período compreendido entre dezembro de 2018 e outubro de 2019, o mercado de *leasing* reverteu a tendência de queda, apresentando crescimento no montante do valor presente da carteira. Enquanto o crédito total no mercado cresceu 3,42% no mesmo período, a carteira total de *leasing* cresceu 15,56%.

Ainda, de acordo com a Associação, os negócios com o segmento de pessoas jurídicas representam o maior volume da carteira do mercado e demonstra o potencial do *leasing* para fomentar a economia nacional.

Em relação ao Imobilizado de Arrendamento por Tipo de Bens, o item Máquinas e Equipamentos corresponde a 43,35% dos bens arrendados, seguido por Veículos e Afins com 24,97%, Aeronaves com 15,60%, Equipamentos de Informática 8,81% e Outros Tipos de Bens que somam 7,27% do total.

Considerando o Imobilizado de Arrendamento por Setores de Atividades o setor mais expressivo é o de Serviços com aproximadamente 58% do volume, seguido pelo Comércio com aproximadamente 15% e Indústria com aproximadamente 14%. Estatais, Pessoa Física e Outros representam aproximadamente 13%.

Demonstrações Contábeis

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE		6.589.762	8.333.504
Disponibilidades	4	111	34
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.a	4.461.605	4.391.484
Aplicações no mercado aberto		4.461.605	4.391.484
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		2.105.524	3.921.366
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	2.105.524	3.921.366
Operações de Arrendamento Mercantil		(1.807)	(5.497)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	7.a	27.964	30.187
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7.a	(27.843)	(29.786)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	7.f	(1.928)	(5.898)
Outros Créditos	8.a	23.747	25.414
Diversos		23.747	25.414
Outros Valores e Bens		582	703
Bens não de uso	9.a	857	857
(Provisão para desvalorização de bens não de uso)	9.a	(431)	(377)
Despesas antecipadas	9.b	156	223
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		118.137	133.846
Operações de Arrendamento Mercantil		(827)	(2.817)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	7.a	39.428	32.386
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7.a	(39.428)	(32.386)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	7.f	(827)	(2.817)
Outros Créditos	8.a	118.855	136.513
Diversos		120.580	138.124
(Provisão para outros créditos)	8.b	(1.725)	(1.611)
Outros Valores e Bens		109	150
Despesas antecipadas	9.b	109	150
PERMANENTE		226.650	222.505
Investimentos		--	--
Outros investimentos		520	520
(Provisão para perdas)		(520)	(520)
Imobilizado de Arrendamento	10.a	226.650	222.505
Bens arrendados		263.657	277.326
(Depreciação acumulada)	10.c	(37.007)	(54.821)
TOTAL DO ATIVO		6.934.549	8.689.855

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		246.812	541.620	914.382
Operações de crédito	7.g	2.496	4.166	23.306
Operações de arrendamento mercantil	7.b	45.948	91.207	149.445
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b	120.354	251.807	265.891
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	78.014	194.440	475.740
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(109.069)	(256.089)	(599.775)
Operações de captação no mercado	11.b	(73.255)	(184.514)	(464.283)
Operações de empréstimos e repasses	12.b	(1)	(2)	(5)
Operações de arrendamento mercantil	7.b	(35.773)	(71.057)	(128.706)
Provisões para arrendamentos/outras créditos		(40)	(516)	(6.781)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		137.743	285.531	314.607
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		(12.561)	(22.727)	(38.958)
Despesas de pessoal	14.a	(1.819)	(3.329)	(2.972)
Outras despesas administrativas	14.b	(1.729)	(3.846)	(6.232)
Despesas tributárias	17.c	(6.643)	(13.823)	(14.966)
Outras receitas operacionais	14.c	3.595	7.543	13.717
Outras despesas operacionais	14.d	(5.965)	(9.272)	(28.505)
RESULTADO OPERACIONAL		125.182	262.804	275.649
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	15	(50)	(54)	70
Receitas não operacionais		--	--	70
Despesas não operacionais		(50)	(54)	--
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		125.132	262.750	275.719
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17.a	(50.066)	(104.988)	(122.477)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(51.274)	(108.058)	(139.660)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.208	3.070	17.183
LUCRO LÍQUIDO		75.066	157.762	153.242
Número de Ações	16.a	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Lucro por Ação (R\$)		25,02	52,59	51,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	125.132	262.750	275.719
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	106.759	249.531	598.493
Constituição (Reversão) de provisão para operações de arrendamento mercantil	(1)	403	6.670
Provisão para outros créditos	42	114	111
Depreciação de bens arrendados	24.975	47.562	42.742
Amortização de perdas	3.074	6.364	10.001
Insuficiências (Superveniência) de depreciação	1.651	7.163	70.666
Constituição (Reversão) de provisões civis e fiscais e atualização monetária	3.733	3.397	4.061
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	50	54	--
Juros de Debêntures	73.235	184.474	464.242
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	231.891	512.281	874.121
Variáveis Patrimoniais	902.267	1.676.173	6.994.604
Redução em operações de arrendamento mercantil	136	280	765
Redução em instrumentos financeiros derivativos	931.307	1.815.834	7.260.801
Redução em outros créditos líquidos dos créditos tributários	12.587	10.750	15.411
Redução em outros valores e bens	38	108	473
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.344)	(106.043)	(155.436)
Aumento (Redução) em outras obrigações	(31.457)	(44.756)	(127.410)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	1.134.158	2.188.454	7.868.816
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado de arrendamento	(32.857)	(98.101)	(81.160)
Alienação de imobilizado de arrendamento	12.001	26.502	69.135
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(20.856)	(71.599)	(12.025)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Redução em obrigação por recompra de debêntures	(1.009.321)	(2.010.275)	(7.736.541)
Redução em obrigações por empréstimos e repasses no país - instituições oficiais	(114)	(227)	(217)
Dividendos pagos	(19.828)	(36.155)	(43.869)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.029.263)	(2.046.657)	(7.780.627)
Variável Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	84.039	70.198	76.164
Início do período	4.377.677	4.391.518	4.315.354
Fim do período	4.461.716	4.461.716	4.391.518
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	84.039	70.198	76.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CARTEIRA

Em 31.12.2019 a carteira de *Leasing* totalizava 636 operações ativas, representando um saldo de R\$ 155 milhões.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

No segundo semestre de 2019, a BB Leasing distribuiu 100% do lucro líquido disponível, após a destinação às reservas legais, sob a forma de dividendos ao seu acionista.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O lucro líquido da Empresa no exercício de 2019 foi de R\$ 157,76 milhões. Esse desempenho deveu-se às receitas de operações de arrendamento mercantil, de intermediação financeira, operações com títulos e valores mobiliários e resultados com instrumentos financeiros derivativos.

GESTÃO DE RISCOS

A administração da Empresa adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As aplicações das disponibilidades são realizadas com o Banco do Brasil, seu controlador, o que minimiza os riscos incorridos e proporciona o alinhamento com as políticas de gerenciamento de risco adotadas pelo Conglomerado BB.

O Banco do Brasil considera a gestão de riscos da BB Leasing nas atividades de gerenciamento de riscos do Conglomerado Prudencial. Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Conglomerado Prudencial Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos em: www.bb.com.br/ri.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O processo de gestão de risco operacional adotado no Banco Múltiplo abrange os processos operacionais da BB Leasing, cabendo ao Banco repassar orientações à empresa no que diz respeito à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco operacional.

AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer do exercício de 2019, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não prestou outros serviços à BB Leasing além daqueles relacionados à auditoria externa.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Buscar a otimização do resultado da BB Leasing S.A.
- Utilizar os recursos da Empresa para realização das melhores oportunidades negociais, mantendo os padrões de qualidade e imagem da Instituição.
- Buscar o crescimento de negócios voltados para a modernização e ampliação das empresas brasileiras.
- Buscar a satisfação dos clientes por meio da disponibilização de soluções de crédito inovadoras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a confiança do acionista, de seus clientes e da sociedade.

PASSIVO/ PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE		766.967	1.097.398
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		569.105	900.603
Recursos de debêntures	11.a	569.105	900.603
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	12.a	58	228
Finame		58	228
Instrumentos Financeiros Derivativos		--	8
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	--	8
Outras Obrigações		197.804	196.559
Sociais e estatutárias	13.a	71.313	16.096
Fiscais e previdenciárias	13.b	71.076	95.736
Diversas	13.c	55.415	84.727
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.435.812	2.927.496
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		1.376.183	2.870.486
Recursos de debêntures	11.a	1.376.183	2.870.486
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	12.a	--	57
Finame		--	57
Outras Obrigações		59.629	56.953
Fiscais e previdenciárias	13.b	15.356	21.963
Diversas	13.c	44.273	34.990
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.731.770	4.664.961
Capital		3.261.860	3.261.860
De domiciliados no País	16.a	3.261.860	3.261.860
Reservas de Lucros	16.b	1.469.910	1.403.101
TOTAL DO PASSIVO		6.934.549	8.689.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Reservas de Lucros			Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
		Capital Realizado	Legal	Estatutária		
Saldos em 31.12.2017		3.261.860	84.344	1.201.910	--	4.548.114
Lucro do período		--	--	--	153.242	153.242
Destinações:						
Reservas	16.c	--	7.663	109.184	(116.847)	--
Dividendos (R\$ 12.131,63 por lote de mil ações)	16.c	--	--	--	(36.395)	(36.395)
Saldos em 31.12.2018		3.261.860	92.007	1.311.094	--	4.664.961
Mutações do Período		--	7.663	109.184	--	116.847
Saldos em 30.06.2019		3.261.860	96.142	1.370.015	--	4.728.017
Lucro do período		--	--	--	75.066	75.066
Destinações:						
Reservas	16.c	--	3.753	--	(3.753)	--
Dividendos (R\$ 23.771,82 por lote de mil ações)	16.c	--	--	--	(71.313)	(71.313)
Saldos em 31.12.2019		3.261.860	99.895	1.370.015	--	4.731.770
Muta						

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício 2019

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1 – A BB LEASING E SUAS OPERAÇÕES

A BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing ou Empresa) é uma sociedade anônima fechada controlada pelo Banco do Brasil S.A. (subsidiária integral), constituída em 1987, tendo por objetivo a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis. Está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar, CEP 70.040-250 – Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado se utilizando, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB Leasing, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

A BB Leasing aplicou, ainda, o seguinte pronunciamento que não é conflitante com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 20.02.2020.

Informações para efeito de comparabilidade

No exercício de 2018, para melhor refletir a essência econômica das atividades da BB Leasing foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa, (a) alteração nas nomenclaturas de "Aumento em obrigação por emissão de debêntures" para "Juros de debêntures" e "Redução em obrigação por emissão de debêntures" para "Redução em obrigação por recompra de debêntures"; (b) reclassificação do "Juros de debêntures" do grupamento "Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento" para o grupamento "Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social".

Para fins de comparabilidade, seguem os impactos dos ajustes na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme orientação do CPC 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	Exercício/2018		
	Divulgação anterior	Ajuste	Saldos ajustados
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	275.719	--	275.719
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	134.251	464.242	598.493
Juros de Debêntures	--	464.242	464.242
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	409.970	464.242	874.212
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	7.404.574	464.242	7.868.816
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento em obrigação por emissão de debêntures	464.242	(464.242)	--
Redução em obrigação por recompra de debêntures	--	(7.736.541)	(7.736.541)
Redução em obrigação por emissão de debêntures	(7.736.541)	7.736.541	--
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(7.316.385)	(464.242)	(7.780.627)
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	72.164	--	72.164
Início do período	4.315.354	--	4.315.354
Fim do período	4.391.518	--	4.391.518
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	76.164	--	76.164

3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas adotadas pela BB Leasing são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle da BB Leasing, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas – posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 4).

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

e) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros (Nota 6.b e 6.c).

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado – os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa – para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

f) Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Arrendamentos a receber – registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificadas no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber – são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF n.º 140/1984. As rendas das operações vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações classificadas como nível H assim permanecem por 180 dias, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 7.e).

Superveniência/Insuficiência de depreciação – o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas "Superveniências/Insuficiências de Depreciações" do Imobilizado de Arrendamento Financeiro, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular n.º 1.429/1989 do Bacen e computado no resultado.

As operações de arrendamento operacional não requerem ajuste a valor presente e seus valores não são incorporados à carteira de crédito de arrendamentos classificados por não terem característica de concessão de créditos.

Resultado na alienação quando da opção de compra:

Lucro – reconhecido por ocasião do exercício da opção de compra.

Prejuízo – a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamentos a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular n.º 1.429/1989, do Bacen.

g) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	15%
PI/S/Paspap	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (Créditos Tributários - Nota 17.e) e os passivos fiscais diferidos (Nota 17.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 4.192/2013 e CMN n.º 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

h) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à BB Leasing ocorrerão em períodos futuros (Nota 9.b). As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas na medida em que forem sendo realizadas.

i) Ativo Permanente

O Imobilizado de Arrendamento é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo (Nota 10).

Os valores registrados no grupo "perdas em arrendamentos a amortizar", apuradas por ocasião do vencimento dos contratos de *leasing*, são amortizados no prazo de vida útil remanescente dos bens arrendados.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Ao final de cada período de reporte, a BB Leasing avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Leasing estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização, reconhecida na Demonstração do Resultado.

k) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823, de 16.12.2009 (Nota 20).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Provisões para passivos contingentes são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se para o cálculo do valor provável de condenação, o valor indenizatório pretendido, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

l) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

m) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Leasing é o Real (R\$).

n) Gerenciamento de Riscos

A BB Leasing adota política conservadora, seguindo a política de gerenciamento de riscos adotada pelo Conglomerado Banco do Brasil.

Utiliza-se na BB Leasing o processo do Banco do Brasil para identificação dos riscos que compoem o inventário de riscos da empresa, realizado a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente.

A partir do inventário de riscos é realizada a avaliação da relevância, considerando critérios quantitativos e qualitativos especificados em metodologia interna.

Os riscos considerados como relevantes são:

- Risco de Crédito;
- Risco de Mercado;
- Risco de Taxa de Juros do *Banking Book*;
- Risco de Reputação;
- Risco de Estratégia;
- Risco Socioambiental; e
- Risco de Modelo.

Na BB Leasing, no que concerne às atividades de gestão de riscos, a Diretoria de Gestão de Riscos (Diris) do Banco do Brasil S.A. considera a empresa nas atividades de gerenciamento de risco do conglomerado prudencial.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Conglomerado Prudencial Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades		111	34
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	5.a	4.461.605	4.391.484
Total		4.461.716	4.391.518

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor.

5 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2019	31.12.2018
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	4.461.605	4.391.484
Total	4.461.605	4.391.484

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Rendas de aplicações no mercado aberto – posição bancada	120.354	251.807	265.890
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	--	--	1
Total	120.354	251.807	265.891

6 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Em 31.12.2019 e 31.12.2018 não houve aplicação em operações de Títulos e Valores Mobiliários – TVM.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

A BB Leasing utiliza Instrumentos Financeiros Derivativos para reduzir o risco de mercado das operações.

Os valores relativos aos contratos de opções – Box Duas Pontas referem-se à aplicação dos recursos provenientes da captação pela emissão de debêntures (Nota 11.a) e têm a característica de aplicação de renda fixa.

As operações de *Swap*, representadas pela diferença de taxas CDI/pré, são contratadas a título de instrumento de proteção.

	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Opções ⁽¹⁾						
Posição ativa	4.185.516	2.105.114	2.105.520	7.724.290	3.920.155	3.921.366
De Compra – Posição						
Comprada	2.092.758	27.595	22.401	3.862.145	53.872	71.391
De Venda – Posição Comprada	2.092.758	2.077.519	2.083.119	3.862.145	3.866.283	3.849.975
Contratos de Swap ⁽¹⁾						
Posição ativa	2.105.115	101	4	--	--	--
Swap – CDI/pré	2.105.115	101	4	--	--	--
Posição passiva	--	--	--	3.920.155	1.002	8
Swap – CDI/pré	--	--	--	3.920.155	1.002	8
Ativo circulante			2.105.524			3.921.366
Passivo circulante			--			8

(1) Operações com prazo de vencimento de até 30 dias.

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Mercado de opções – box duas pontas	78.243	194.772	475.554
Swap (229)	--	(332)	186
Total	78.014	194.440	475.740

d) Determinação do Valor Justo

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do período.

e) Valor dos Ativos e Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo, por nível de hierarquia

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pela BB Leasing são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a BB Leasing estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

	31.12.2019			
	Saldo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Instrumentos financeiros derivativos	2.105.524	--	2.105.524	--
Contratos de Opções - Box duas Pontas	2.105.520	--	2.105.520	--
Contratos de Swap	4	--	4	--
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	--	--	--	--
Contratos de Swap	--	--	--	--

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício 2019

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Setor privado	155.066	100,0	129.037	100,0
Pessoa jurídica	155.066	100,0	129.037	100,0
Transportes	26.012	16,8	20.955	16,2
Serviços	19.544	12,6	18.491	14,3
Comércio varejista	13.010	8,4	14.059	10,9
Automotivo	12.588	8,1	12.924	10,0
Eletroeletrônico	10.755	6,9	3.053	2,4
Agronegócio de origem vegetal	10.266	6,6	5.530	4,3
Comércio atacadista e indústrias diversas	9.653	6,2	10.163	7,9
Mineração e metalurgia	8.206	5,3	6.455	5,0
Petroleiro	7.721	5,0	2.573	2,0
Papel e celulose	7.015	4,5	6.317	4,9
Imobiliário	6.923	4,6	1.375	1,0
Insumos agrícolas	4.157	2,7	684	0,5
Atividades específicas da construção	3.553	2,3	5.392	4,2
Agronegócio de origem animal	2.860	1,8	3.313	2,6
Construção pesada	2.504	1,6	1.776	1,4
Químico	2.498	1,6	4.339	3,4
Energia elétrica	2.401	1,5	3.268	2,5
Madeireiro e moveleiro	1.924	1,2	2.051	1,6
Têxtil e confecções	1.419	0,9	2.848	2,2
Telecomunicações	843	0,5	1.787	1,4
Demais atividades	1.214	0,9	1.664	1,3
Total	155.066	100,0	129.037	100,0

Em atendimento às normas do Bacen, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Arrendamentos financeiros a receber – recursos internos	7.a	67.392	62.573
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	7.a	(67.271)	(62.172)
Imobilizado de arrendamento financeiro	10.a	226.650	222.505
Credores por antecipação de valor residual	13.c	(71.705)	(93.869)
Valor presente dos contratos de arrendamentos financeiros/outras operações		155.066	129.037

d) Composição da Carteira Segregada por Níveis de Risco e Prazo

	31.12.2019									31.12.2018	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Operações em Curso Normal											
Parcelas vindencas											
01 a 30	1.961	1.399	2.789	390	11	4	7	--	40	6.601	6.345
31 a 60	1.960	1.338	2.808	368	6	4	7	--	40	6.531	6.293
61 a 90	1.905	1.323	2.711	336	6	4	6	--	39	6.330	5.724
91 a 180	5.309	3.747	7.815	888	17	12	19	--	115	17.922	15.994
181 a 360	9.375	6.731	14.064	1.475	32	4	6	--	217	31.904	24.742
Acima de 360	27.203	12.385	41.381	3.219	87	--	--	--	233	84.508	62.282
Parcelas vencidas											
Alé 14 dias	--	--	--	17	5	--	--	--	--	22	166
Subtotal	47.713	26.923	71.568	6.693	164	28	45	--	684	153.818	121.546
Operações em Curso Anormal											
Parcelas vindencas											
01 a 30	--	--	6	20	11	5	--	--	53	95	369
31 a 60	--	--	6	15	10	5	--	--	56	92	344
61 a 90	--	--	5	14	10	4	--	--	28	61	306
91 a 180	--	--	16	37	29	13	--	--	62	157	849
181 a 360	--	--	30	49	34	11	--	--	20	144	1.313
Acima de 360	--	--	117	75	93	--	--	--	--	285	1.903
Parcelas vencidas											
01 a 14	--	--	6	5	5	5	--	--	3	24	150
15 a 30	--	--	--	15	6	--	--	--	52	73	230
31 a 60	--	--	6	11	11	5	--	--	56	89	323
61 a 90	--	--	--	2	4	5	--	--	57	68	286
91 a 180	--	--	--	--	--	5	--	--	124	129	743
181 a 360	--	--	--	--	--	--	--	--	31	31	675
Subtotal	--	--	192	243	213	58	--	--	542	1.248	7.491
Total	47.713	26.923	71.760	6.936	377	86	45	--	1.226	155.066	129.037

e) Constituição da Provisão por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Mínimo Provisão	31.12.2019				31.12.2018			
		Valor das Operações	Provisão Mínima	Provisão Complementar ⁽¹⁾	Provisão Total	Valor das Operações	Provisão Mínima	Provisão Complementar ⁽¹⁾	Provisão Total
AA	0,5	47.713	--	--	--	35.216	--	--	--
A	2,5	26.923	135	--	50	33.526	168	60	228
B	1	71.760	718	231	949	42.941	430	167	597
C	3	6.936	208	91	299	9.045	271	140	411
D	10	377	38	9	47	349	35	--	35
E	30	86	26	--	26	333	100	--	100
F	50	45	23	--	23	326	163	--	163
G	70	--	--	--	--	399	279	--	279
H	100	1.226	1.226	--	1.226	6.902	6.902	--	6.902
Total		155.066	2.374	381	2.755	129.037	8.348	367	8.715

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as provisões para operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Saldo inicial	(3.795)	(8.715)	(17.513)
(Reforço)/reversão	1	(403)	(6.670)
Baixas para prejuízo	1.039	6.363	15.468
Saldo final	(2.755)	(2.755)	(8.715)
Ativo circulante	(1.928)	(1.928)	(5.898)
Ativo realizável a longo prazo	(827)	(827)	(2.817)

g) Informações Complementares

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Montante recuperado dos créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	2.496	4.166	23.306
Montante dos créditos renegociados	259	259	2.887

(1) Registrado no resultado em Receitas de Operações de Crédito, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001.

8 – OUTROS CRÉDITOS

a) Composição

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Diversos			
Ativo fiscal diferido - crédito tributário	17.e	67.189	97.172
Devedores por depósitos em garantia	20.d	73.628	62.410
Impostos e contribuições a compensar		1.100	436
Outros		2.410	3.520
Subtotal		144.327	163.538
(Provisão para outros créditos sem características de concessão de crédito) ⁽¹⁾		(1.725)	(1.611)
Total		142.602	161.927
Ativo circulante		23.747	25.414
Ativo realizável a longo prazo		118.855	136.513

(1) Trata-se de provisão para perdas em recebimento de títulos precatórios do Governo do Estado de São Paulo no valor de R\$ 1.674 mil (R\$ 1.560 mil em 31.12.2018) e desvalorização de incentivos fiscais – Finor, no valor de R\$ 51 mil (R\$ 51 mil em 31.12.2018).

b) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Saldo inicial	(1.683)	(1.611)	(1.500)
Reversão/(reforço)	(42)	(114)	(111)
Saldo final	(1.725)	(1.725)	(1.611)
Ativo realizável a longo prazo	(1.725)	(1.725)	(1.611)

9 – OUTROS VALORES E BENS

a) Bens Não de Uso Próprio

	31.12.2019	31.12.2018
Máquinas e equipamentos	558	558
Veículos e afins	213	213
Imóveis	86	86
Subtotal	857	857
(Provisão para desvalorização de bens não de uso) ⁽¹⁾	(431)	(377)
Total	426	480
Ativo circulante	426	480

(1) Trata-se de provisão para desvalorização de bens reintegrados pela Empresa.

b) Despesas Antecipadas

	31.12.2019	31.12.2018
Comissões pela colocação de debêntures	149	190
Despesas de seguros ⁽¹⁾	116	183
Total	265	373
Ativo circulante	156	223
Ativo realizável a longo prazo	109	150

(1) Referem-se a despesas de seguros de bens arrendados embutidas nos contratos de arrendamento, apropriadas de acordo com a vigência dos contratos que deram origem ao crédito. Os pagamentos são feitos antecipadamente de acordo com os normativos que regem os contratos de leasing e opção do arrendatário quanto à inclusão do seguro no contrato.

10 – IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento

	31.12.2019	31.12.2018
Arrendamento financeiro		
Bens arrendados	263.657	277.326
Máquinas e equipamentos	116.838	108.539
Veículos e afins	98.527	114.463
Móveis	6.864	7.129
Instalações	6.500	6.500
Aeronaves	1.150	--
Perdas em arrendamentos a amortizar	33.778	40.695
Amortização acumulada de perdas em arrendamentos a amortizar	(19.432)	(25.985)
Superveniências de depreciações	61.520	87.947
Depreciação acumulada	(79.095)	(116.783)
Total	226.650	222.505

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamentos financeiros (superveniências/insuficiências de depreciações) foi apurado conforme disposto na Nota 3.f, apresentando a seguinte posição:

	31.12.2019	31.12.2018
Valor presente	226.771	222.906
Credores por antecipação de valor residual	71.705	93.869
Valor presente das operações de arrendamento	155.066	129.037
(-) Valor contábil das operações	165.251	134.959
Arrendamentos a receber – recursos internos	67.392	62.573
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(67.271)	(62.172)
Valores residuais a realizar	110.043	86.865
Valores residuais a balancear	(110.043)	(86.865)
Bens arrendados	263.657	277.326
Depreciação acumulada de arrendamento financeiro	(79.095)	(116.783)
Amortização acumulada de perdas em arrendamentos a amortizar	(19.432)	(25.985)
(=) Aumento do ativo permanente (superveniências de depreciações)	61.520	87.947

c) Depreciação Acumulada

	31.12.2019	31.12.2018
Depreciação acumulada de arrendamento financeiro	(79.095)	(116.783)
(-) Superveniências de depreciações	61.520	87.947
(+) Amortização acumulada de perdas em arrendamentos a amortizar	(19.432)	(25.985)
(=) Depreciação acumulada	(37.007)	(54.821)

d) Outras Informações

O seguro do imobilizado de arrendamento é efetuado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

11 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Recursos de Debêntures

As debêntures emitidas em março/2013 (2ª emissão) e maio/2014 (3ª emissão) são do tipo simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, nominativas e escriturais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, e foram adquiridas em sua totalidade pelo Banco do Brasil S.A.

A Resolução Bacen n.º 4.527/2016 veda a realização de operações compromissadas com títulos de emissão ou aceites de instituições integrantes do mesmo conglomerado prudencial. Em consequência dessa nova regulamentação, a BB Leasing iniciou o processo de recompra das debêntures em março de 2017.

Emissão	Valor da Operação	Vencimento	Remuneração	Valor Contábil	
				31.12.2019	31.12.2018

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício 2019

b) Reservas de Lucros

	31.12.2019	31.12.2018
Reserva legal	99.895	92.007
Reserva estatutária	1.370.015	1.311.094
Margem operacional	1.370.015	1.311.094
Total	1.469.910	1.403.101

A Reserva Legal é constituída respeitando o limite de 5% do lucro líquido, limitado a 20% do Capital Social.

A Reserva Estatutária de Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Empresa, podendo ser constituída por até 100% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do Capital Social.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Lucro líquido do período	75.066	157.762	153.242
Reserva legal constituída no período	(3.753)	(7.888)	(7.663)
Base de cálculo	71.313	149.874	145.579
Dividendos	71.313	90.953	36.395
Reserva estatutária constituída no período	--	58.921	109.184
Total destinado ao acionista	71.313	90.953	36.395
Lucro líquido após as destinações	0	0	0

17 – TRIBUTOS

a) Demonstração das Despesas de IR e CSLL

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Valores correntes	(51.274)	(108.058)	(139.660)
IR e CSLL no País	(51.274)	(108.058)	(139.660)
Valores diferidos	1.208	3.070	17.183
Passivo fiscal diferido	4.035	11.532	35.865
Ajuste da carteira de arrendamento	1.918	6.607	29.975
Marcação a mercado	2.117	4.925	5.890
Ativo fiscal diferido	(2.827)	(8.462)	(18.682)
Marcação a mercado	(1.987)	(4.202)	(4.781)
Diferenças intertemporais	(840)	(4.260)	(13.901)
Total	(50.066)	(104.988)	(122.477)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Resultado antes dos tributos	125.132	262.750	275.719
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15%) (1)	(50.063)	(105.100)	(124.074)
Outros valores	(13)	112	1.597
IR e CSLL do período	(50.066)	(104.988)	(122.477)

(1) Alíquota da CSLL de 20% até 31.12.2018, conforme Lei nº 13.169/2015.

c) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Cofins	(5.447)	(11.323)	(12.021)
PIS/Pasep	(885)	(1.840)	(1.953)
ISSQN	(311)	(660)	(992)
Total	(6.643)	(13.823)	(14.966)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.12.2019	31.12.2018
Decorrentes de marcação a mercado	2.396	7.922
Decorrentes do ajuste da carteira de arrendamento	15.356	21.963
Total	17.752	29.885
IR	16.691	26.376
CSLL	801	2.648
Cofins	224	741
PIS/Pasep	36	120

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31.12.2018	Exercício/2019		31.12.2019
	Saldo	Constituição	Baixa	
Diferenças temporárias	35.152	24.480	(33.454)	26.178
Marcação a mercado	6.978	16.430	(21.144)	2.264
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.850	3.208	(8.849)	13.209
Provisões passivas	9.174	4.799	(3.440)	10.533
Outras provisões	150	43	(21)	172
Superveniência de depreciação	62.020	--	(21.009)	41.011
Total	97.172	24.480	(54.463)	67.189
IR	83.512	14.184	(40.482)	57.214
CSLL	12.901	8.511	(11.684)	9.728
Cofins	652	1.536	(1.976)	212
PIS/Pasep	107	249	(321)	35

f) expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico, atualizado por ocasião da publicação anual, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação projetada para o período de apuração.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2020	22.740	22.019
Em 2021	26.340	24.147
Em 2022	18.109	15.660
Total de créditos tributários em 31.12.2019	67.189	61.826

No exercício de 2019, observou-se a realização de créditos tributários na BB Leasing no montante de R\$ 54.463 mil.

18 – PARTES RELACIONADAS

A BB Leasing não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

A BB Leasing realiza com seu controlador Banco do Brasil S.A. transações bancárias tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações em depósitos interfinanceiros, empréstimos e operações com instrumentos financeiros derivativos. Há, ainda, contratos de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Essas transações entre partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente em termos e condições para operações comparáveis com as praticadas com terceiros, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Ativos			
Disponibilidades	4	111	34
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	5.a	4.461.605	4.391.484
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	2.105.524	3.921.366
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	--	8
Recursos de debêntures	11.a	1.945.288	3.771.089
Dividendos e bonificações a pagar	13.a	71.313	16.096
Valores a pagar a sociedades ligadas	13.c	490	455

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("BB Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Leasing em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A BB Leasing registra suas operações de arrendamento e elabora suas demonstrações contábeis com observância às diretrizes contábeis estabelecidas pelo BACEN, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa nº 3.e) às demonstrações contábeis. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações de arrendamento, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do "Ativo circulante" e "Realizável a longo prazo", e de rendas e despesas de operações de arrendamento, embora resultem na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BB Leasing, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos

A BB Leasing mensura o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.e) e nº 6 às demonstrações contábeis, com base em dados observáveis de mercado, quando não existem preços e parâmetros de mercado disponíveis para tais derivativos, utilizando premissas com curvas futuras de taxas de juros, de câmbio e índices de preços. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos foi considerada uma área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis e à utilização de técnicas de precificação que levam em consideração dados observáveis ou referenciais de mercado.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos; (b) entendimento e análise da metodologia de marcação a mercado, e desafio das premissas utilizadas nas construções das curvas projetadas; (c) recalculo do valor justo das operações em aberto na data-base, avaliando a razoabilidade dos dados e parâmetros de mercado utilizados nos modelos de precificação; e (d) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos são aceitáveis, considerando as práticas utilizadas no mercado, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 25 de fevereiro de 2019, com modificação similar à incluída no parágrafo "Base para opinião com ressalva" referido anteriormente. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº2 às demonstrações contábeis, que foram efetuados para alterar as demonstrações dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da BB Leasing referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da BB Leasing, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis

Demonstração do Resultado		2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.b	120.354	251.807	265.891
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	78.014	194.440	475.740
Despesas de captação no mercado - remuneração/juros	11.b	(73.235)	(184.474)	(464.243)
Despesas de pessoal	(1.724)	(3.159)	(2.792)	
Despesa de processamento de dados	14.b	(60)	(1.138)	(1.955)
Tarifa/Comissão de fiança	14.b	(570)	(1.401)	(1.517)
Corretagens e emolumentos	14.b	(47)	(100)	(132)
Emolumentos judiciais e cartorários	14.b	(6)	(14)	(18)
Atualização monetária de dividendos	14.d	(189)	(420)	(491)
BB - custos indiretos/suporte operacional	14.d	(426)	(776)	(641)
Outras despesas administrativas	(38)	(123)	(154)	

19 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

A BB Leasing não possui quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa do Banco do Brasil S.A. A BB Leasing ressarce ao Banco as despesas correspondentes (Nota 18).

20 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

b) Passivos Contingentes – Prováveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios para a cobrança de ISSQN sobre receitas de operações de *leasing*, e a ações movidas pelos estados para a cobrança de IPVA sobre veículos de propriedade da BB Leasing.

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Demandas fiscais			
Saldo inicial	9.206	9.980	13.674
Constituição	3.715	4.421	1.648
Reversão da provisão	(890)	(2.725)	(6.045)
Baixa por pagamento	--	--	--
Atualização monetária	348	703	703
Saldo final	12.379	12.379	9.980
Demandas cíveis			
Saldo inicial	13.391	12.953	5.199
Constituição	1.047	1.861	11.688
Reversão da provisão	(648)	(1.146)	(4.217)
Baixa por pagamento	--	--	--
Atualização monetária	161	283	283
Saldo final	13.951	13.951	12.953
Total	26.330	26.330	22.933

A Administração da BB Leasing considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais e cíveis. As ações prováveis estão pulverizadas, tendo como principal ação, uma demanda de natureza cível por descumprimento de obrigações, no valor de R\$ 8.874 mil.

Cronograma esperado de desembolsos

	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	11.813	13.906
Acima de 5 anos	566	45
Total	12.379	13.951

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes – Possíveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios para a cobrança de ISSQN sobre receitas de operações de *leasing*, e a ações movidas pelos estados para a cobrança de IPVA sobre veículos de propriedade da BB Leasing.

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Saldos dos passivos contingentes – Possíveis

	31.12.2019	31.12.2018
Demandas fiscais	38.461	30.463
Demandas cíveis	679	3.627
Total	39.140	34.090

As ações possíveis estão pulverizadas, tendo como principal ação, uma demanda de natureza fiscal movida pela Delegacia da Receita Federal, no valor de R\$ 11.094 mil.

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2019	31.12.2018
Demandas cíveis	44.450	34.038
Demandas fiscais	29.178	28.372
Total	73.628	62.410

21 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	75.066	157.762	153.242
Outros resultados abrangentes	--	--	--
Efeitos tributários sobre outros resultados abrangentes	--	--	--
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	75.066	157.762	153.242

22 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Redução ao Valor Recuperável

No exercício de 2019, o estudo realizado não identificou ativos com indícios de perda do valor recuperável que justificassem o reconhecimento de perda por desvalorização, conforme determina o CPC 01.

às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da BB Leasing. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada



BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício 2019

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em cumprimento ao Decreto Regulamentar 8.945/2016 e à Resolução CMN 3.198/2004, o Banco do Brasil optou pela constituição de Comitê de Auditoria único para o Banco Múltiplo e para as subsidiárias integrais, entre elas a BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (BB Leasing).

O Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria é publicado em conjunto com as demonstrações contábeis do Banco do Brasil S.A.

Brasília-DF, 20 de fevereiro de 2020.

Antônio Carlos Correia

Luiz Serafim Spinola Santos

Marcos Tadeu de Siqueira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA BB LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, os quais foram aprovados, nesta data, pela Diretoria.

Com base nos exames efetuados, no Relatório dos auditores independentes, nas informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria e/ou seus prepostos durante as reuniões mensais do Conselho Fiscal, realizadas no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2020.

Alex Pereira Benício
Conselheiro

Márcia Luiza de Amorim Oliveira
Conselheiro

José Ricardo Baitello
Presidente

MEMBROS DA DIRETORIA EM 31.12.2019

DIRETOR-PRESIDENTE

Marcio Hamilton Ferreira

DIRETOR-VICE-PRESIDENTE

Carlos Hamilton Vasconcelos de Araújo

DIRETOR-GERENTE

Fabiano Macanhã Fontes

CONSELHO FISCAL

José Ricardo Baitello (Presidente)

Alex Pereira Benício

Márcia Luiza de Amorim Oliveira

COMITÊ DE AUDITORIA

Antônio Carlos Correia

Luiz Serafim Spinola Santos

Marcos Tadeu de Siqueira

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC-DF 017.601/O-5

CPF 541.035.920-87